



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 10/2018

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM DOIS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO:-----

-----Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Drª. Emília Maria Almeida Santos Neves Matos.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe.-----

-----A reunião foi secretariada pela Coordenadora Técnica do Núcleo de Administração Geral, Rosa Maria Ferreira Breda.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

I.-PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----O Senhor Presidente deu conhecimento:-----

-----Que se realizou no passado dia 20, no âmbito das comemorações do 25 de Abril, na Biblioteca Municipal a iniciativa “À Conversa com o Padre Mário de Oliveira”, figura conhecida do grande público. A presença do orador inseriu-se na “Revolução dos Livros”, uma exposição patente na Biblioteca Municipal, constituída por livros sobre o 25 de Abril e a libertação dos povos a nível internacional.-----

-----Do ponto da situação do projeto da auto – Estrada Viseu/Coimbra e versus requalificação do IP3.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

II.-PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18/04/2018:

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada em 18 de abril de 2018, aprovada por unanimidade em minuta, e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, em cumprimento ao disposto no artigo 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas no Vereador.-----

3. -RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria nº. 80, referente ao dia 30 de abril findo, e que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes 15 ofícios, referência 207 a 221, datados 30/04/2018, da Assembleia Municipal de Mortágua, dando conhecimento que na sua sessão ordinária, realizada no pretérito dia 26 de abril de 2018, tomou as seguintes deliberações:-----

-----Aprovou, por maioria, com seis (6) votos a favor dos Membros do PPD/PSD e treze (13) abstenções dos Membros do PS, os Documentos de Prestação de Contas (Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão), relativos ao ano de 2017, bem como a aplicação de resultados.-----

-----Apreciou sem qualquer objeção o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município e respetiva Avaliação.-----

-----Aprovou, por maioria, com seis (6) votos a favor dos Membros do PPD/PSD e treze (13) -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

abstenções dos Membros do PS, a Modificação por Revisão ao Orçamento Municipal para o ano de 2018 – 2ª. Revisão.-----

-----Aprovou, por maioria, com seis (6) votos a favor dos Membros do PPD/PSD e treze (13) abstenções dos Membros do PS, a Modificação por Revisão às Opções do Plano para o ano de 2018 – 1ª. Revisão.-----

-----Tomou conhecimento do Relatório Anual da Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2017.-----

-----Tomou conhecimento do Relatório de Avaliação de 2017 do Estatuto do Direito de Oposição.-----

-----Aprovou por unanimidade os Encargos Assumidos em 2017 – Pagamento de Faturas.-----

-----Foi aprovado por unanimidade nomear os Membros que integram o Conselho Municipal de Educação de Mortágua.-----

-----Aprovou por unanimidade o Protocolo de Colaboração Entre o Município de Mortágua e a Freguesia da Marmeleira para Apoio a Obras de Beneficiação Geral Interior e Exterior do Edifício Sede da Junta de Freguesia.-----

-----Tomou conhecimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 18/04/2018, sobre o Regulamento para Atribuição de Medalhas.-----

-----Por escrutínio secreto, aprovou por unanimidade a atribuição da Medalha de Ouro de Mérito Municipal às Empresas, reconhecidas com o Prémio PME Líder 2016/2017 ou Excelência 2017: DMCAR, Lda.; Floresta Jovem, Lda.; Penatir, Lda..-----

-----Aprovou, por unanimidade, a concessão à empresa à Morpneus, Lda. da isenção do pagamento da taxa de licenciamento no valor de mil setecentos e quarenta e cinco euros e cinco cêntimos (1.745,05 €) do processo n.º 01/2017/241- Reconstrução e Ampliação da Estação de Serviços e Oficina de veículos automóveis, sita na Rua do Bairro Novo, 15, Barril, Mortágua.-----

-----Aprovou, por unanimidade, a concessão a Frederico de Abreu Lopes da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil duzentos e oitenta e cinco euros e setenta



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

e cinco cêntimos (1.285,75 €) e da TMU no valor de quatrocentos e sessenta e um euros e seis cêntimos (461,06 €), referentes ao processo n.º 01/2016/137 - Construção Nova - Moradia, muros de vedação e suporte, sita na Rua Vale do Botão, Vale de Ovelha, Freguesia de Trezoi.-----

-----Aprovou, por unanimidade, a concessão a Joel Graciano Martins Salazar e outra da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil e noventa e cinco euros e setenta e dois cêntimos (1.095,72 €) e da TMU no valor de trezentos e cinquenta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos (357,55 €), do processo n.º 01/2017/180- Construção Nova - Moradia, muros de vedação, sita na Rua de Santa Luzia, Freixo, Mortágua.-----

-----Aprovou, por unanimidade, a concessão a Liliana Vanessa Pereira Semedo da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil duzentos e sessenta e oito euros e oitenta e sete cêntimos (1.268,87€) do processo n.º 01/2017/204 - alteração e ampliação de habitação, sita na Rua da Escola, nº.5, Trezoi, Mortágua.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – Protocolo de Colaboração “Aldeia Segura e Pessoas Seguras”:-----

-----Foi presente a circular referência 39/2018-PB, datada de 11/04/2018, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, através da qual informa que a Resolução do Conselho de Ministros nº.157-A/2017 (DR de 27 de outubro), institui os Programas “Aldeia Segura” (Programa de Proteção de Aglomerados Populacionais e de Proteção Florestal) e “Pessoas Seguras”.-----

-----Tendo por objetivo criar condições para a plena implementação destes Programas, foi celebrado um Protocolo de Colaboração entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Nacional de Freguesias.-----

-----Assim, para conhecimento e para os fins tidos por convenientes remete em anexo o Protocolo de Colaboração, bem como o guia de apoio à implementação de tais programas.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara tomou conhecimento, e deliberou por unanimidade aprovar manifestar a intenção de subscrever o Protocolo celebrado.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-JUVENTUDE:-----

5.1.1.-Bolsas de Estudo 2017/2018:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação da Técnica dos Serviços Sociais do Município datada de 29/04/2018, em que informa que:-----

-----1.- Em cumprimento da deliberação tomada na reunião de Câmara, de 21/03/2018, relativa à atribuição de bolsa de estudo no âmbito da ação social escolar para o ano de 2017/2018, foi publicado o Edital nº.9/2018, no dia 29/03/2018, tendo sido afixado nos locais de estilo para efeitos do cumprimento do Código do Procedimento Administrativo, verificou-se:-----

-----1.1.-Terminado o prazo para os interessados se pronunciarem não houve qualquer reclamação.-----

-----1.2.-Dois pedidos de esclarecimentos por parte de dois concorrentes, tendo os mesmos sido informados dos critérios de atribuição da bolsa de estudo, assim como do período de reclamação e/ou reapreciação do processo. Foram eles Lara Filipe dos Santos Duarte – Processo nº. 23; Luis Filipe Martins Oliveira – Processo nº.15.-----

-----2.-A concorrente Patrícia Rodrigues Gomes (Processo nº. 28) não procedeu à entrega de documentos que servem de suporte a uma cuidada e rigorosa análise sócio-económica pelo que processo de candidatura deverá ser arquivado.-----

-----3.-A concorrente Mónica Salomé Taveira Martins (Processo nº.30) não procedeu de acordo com a notificação pelo que o processo de candidatura deverá ser arquivado.-----

-----4.-O concorrente Luís Daniel Macedo Matos (Processo nº.18) respondeu ao solicitado nos termos da notificação, tendo sido avaliado o processo nos termos do regulamento do conjunto de regras técnicas, e sendo o rendimento per capita dentro do valor definido para estudante economicamente carenciado propõe que seja atribuída uma bolsa no valor de cento e quarenta euros (140,00 €/mês).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar:-----

-----Arquivar os Processos n.ºs 28 e 30, e notificar os alunos desta decisão, conforme o disposto no Código do Procedimento Administrativo, para se pronunciarem no prazo de dez (10) dias, por escrito, se o entenderem.-----

-----Atribuir ao aluno Luís Daniel Macedo Matos (Processo n.º 18) a Bolsa de Estudo no valor de cento e quarenta euros (140,00 €).-----

6.-CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-ASSOCIATIVISMO – Investimentos/Atividades Culturais Desportivas e Recreativas

6.1.1.-Sporting Clube de Vale de Acores - Apoio Despesas de Manutenção/Conservação Campo de Jogos Juiz de Fora:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, sem data e recebida a 11/04/2018, do Sporting Clube de Vale de Acores a solicitar o apoio financeira do Município nas despesas de energia elétrica, água e gás, inerentes ao funcionamento e manutenção do seu campo de jogos relvado e que ascenderem no ano de 2017 ao montante de sete mil seiscientos e sete euros e quarenta e nove cêntimos (7.607,49 €), considerando as suas dificuldades de tesouraria em fazer face àquele avultado valor.-----

-----O Senhor Presidente considerando que o Município suporta os custos de funcionamento e manutenção do Campo de Jogos Relvado da Gandarada propôs, atendendo que a infraestrutura do campo de Jogos Juiz de Fora está aberta a toda a população em geral que queira usufruir da mesma, por uma questão de equidade que se adotasse o mesmo procedimento atribuindo o subsídio no valor sete mil seiscientos e sete euros e quarenta e nove euros (7.607,49 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040 – Atividades Culturais Desportivas e Recreativas.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

proposto pelo Senhor Presidente.-----

-----Nos termos do nº.4 do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Ricardo Sérgio Pardal Marques ausentou-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que faz parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----

6.1.2.-Escola de Ténis – Sporting Clube Vale de Acores:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido, datado de 20/03/2018, para apoio financeiro à atividade regular da Escola de Ténis do Sporting Clube de Vale de Acores, entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Na verdade, esta entidade têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, a prática desportiva, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----Assim, considerando que estão reunidas as condições para atribuição do presente subsídio, nos termos do disposto do art.º 9.º Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, mediante celebração de protocolo, proponho a atribuição de um subsídio de apoio às suas atividades regulares de 3.500,00€ no corrente ano, a transferir em três tranches nos meses de maio, agosto e novembro.”-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 – *Cultura*-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.1.3.-Teatro Experimental de Mortágua – Apoio Encenação Nova Peça de Teatro:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 41/AJ datado de 20/02/2018 do Teatro Experimental de Mortágua dando conhecimento que de acordo com o seu Plano de Atividades está a encenar uma nova a peça de teatro “A Forja”, uma Drama que já tiverem em cena, vai envolver doze (12) personagens, e que vai repor no âmbito da comemoração este ano dos cinquenta (50) anos de existência daquela coletividade.-----

-----Assim, e tendo em consideração as avultadas despesas inerentes à montagem da peça, que se estimam conforme o orçamento apresentado, em quinze mil e quinhentos euros (15.500,00 €) solicitam o apoio financeiro da Autarquia para fazer face às mesmas.-----

-----Assim, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: ”Considerando que o Teatro Experimental de Mortágua – TEM e é uma das mais antigas e dinâmicas associações culturais do Concelho que mantêm com empenho, qualidade e dedicação o seu Grupo de Teatro Amador em ação ininterrupta.-----

-----Que o TEM é uma associação de utilidade pública sem fins lucrativos e prossegue atividades de interesse municipal de natureza cultural com dificuldades financeiras para o desenvolvimento da sua intensa atividade.-----

-----Na verdade, esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Assim, considerando que estão reunidas as condições para atribuição do presente subsídio, nos termos do disposto do art.º 9.º Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, mediante celebração de protocolo, proponho que a Câmara atribua ao TEM a comparticipação financeira de 7.000,00 € para apoio à encenação e montagem da peça de teatro devendo a Associação obrigar-se a agendar e realizar, pelo menos, três (3) espetáculos de teatro na área do Concelho”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

7.-AÇÃO SOCIAL:-----

7.1.-INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL:-----

7.1.1.-Santa Casa da Misericórdia de Mortágua- Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2017:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 0132/2018, de 16/04/2018, da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua a remeter o Relatório e Contas da Gerência de 2017, aprovado em Assembleia Geral no passado dia 31 de março de 2018.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

8.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----

8.1.-URBANIZAÇÃO – Pavimentação/Arranjos Urbanísticos Arruamentos, Largos e Praças:-----

8.1.1.-Aquisição de Terreno a Maria Adelina Pereira Sousa Ramos na Rua de Santo António, para logradouro da Casa Mortuária de Vale de Açores:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Considerando que a Câmara deliberou na sua reunião ordinária realizada em 3/05/2017 adquirir a Maria Adelina Pereira de Sousa Ramos, com o NIF 116727144, residente no Largo Augusto Simões, nº.3, em Vale de Ações, 3450 – 203 Mortágua, a construção/terreno com a área 140 m2, situada no Largo Augusto Simões, na União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, Concelho de Mortágua, correspondente ao prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo 2179, com as confrontações: Norte – Município de Mortágua; Sul – Carreiro Público ; Nascente – Proprietário; poente – proprietário, pelo valor de cinco mil trezentos e noventa euros (5.390,00 €), para efeitos de logradouro da Casa Mortuária de Vale de Ações.-----

-----Considerando que é necessário proceder à escritura pública de compra e venda da construção/terreno e que entretanto faleceu o marido da proprietária, Senhor Mário Armando dos Santos Frutuoso Ramos .-----

-----Assim, para efeitos da celebração da respetiva escritura pública deve a aquisição do terreno acima identificado ser efetuado com Maria Adelina Pereira de Sousa Ramos, com o NIF 116727144, residente no Largo Augusto Simões, nº.3, em Vale de Ações, 3450 – 203 Mortágua, na qualidade de Cabeça de Casal da Herança de Mário Armando dos Santos Frutuoso Ramos com o NIF 744972485, mantendo-se as condições de compra e venda aprovados na Reunião de Câmara de 3/05/2018.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar, para efeitos da celebração da referida escritura pública, que a aquisição do terreno atrás identificado deve ser efetuado com Maria Adelina Pereira de Sousa Ramos, com o NIF 116727144, residente no Largo Augusto Simões, nº.3, em Vale de Ações, 3450 – 203 Mortágua, na qualidade de Cabeça de Casal da Herança de Mário Armando dos Santos Frutuoso Ramos com o NIF 744972485, mantendo-se as condições de compra e venda aprovados na Reunião de Câmara de 3/05/2017.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.-SANEAMENTO BÁSICO E SALUBRIDADE:-----

9.1.-REDES DE ESGOTOS E TRATAMENTO – Redes de Drenagem/Extensão/Remodelação:-----

9.1.1.-Concurso Público para Adjudicação da Empreitada de Execução da ETAR da Rede de Drenagem de Águas Residuais de Vila Pouca e da Rede de Drenagem de Águas Residuais de Mortazel:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, em que informa que já se encontram executadas as redes de drenagem de água residuais domésticas de Mortazel (Freguesia do Sobral) e de Vila Pouca (Freguesia de Pala) e que se torna necessário proceder à abertura de concurso público para adjudicação da empreitada de execução da ETAR de Mortazel (152.830,75 €) e da ETAR de Vila Pouca (116.880,79 €), cujo valor total é de duzentos e sessenta e nove mil setecentos e onze euros e cinquenta e quatro euros (269.711,54 €), e o prazo de execução de cento e vinte (120) dias, juntando para o efeito os documentos necessários.-----

-----Assim o Senhor Presidente propôs:-----

-----A aprovação da abertura do respetivo procedimento através, de um Concurso Público, efetuado de acordo com a alínea b), do artigo 19.º, cujo trâmite seguirá nos termos do artigo 130.º e seguintes, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e posteriores alterações para adjudicação da empreitada de execução da ETAR de Mortazel e da ETAR de Vila Pouca, nos termos definidos no Processo de Concurso composto pelo Programa de Procedimento, Anúncio e pelo Caderno de Encargos.-----

-----1.- A aprovação do Anúncio, Programa de Procedimento e Caderno de Encargos nos termos da alínea b), do número 1, do artigo 40.º, do Código dos Contratos Públicos.-----

-----2.-A aprovação do Júri composto pelos seguintes elementos:-----

-----Presidente: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador;-----

-----Vogais: Eng.º Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão; Manuel Jorge Gomes Nunes, Coordenador Técnico;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Suplente: Dr^a. Sandrine Bento Matos, Técnica Superior; Eng^o. Arnaldo Duarte Araújo Borges Ferreira, Chefe de Divisão.-----

-----Contudo, e atendendo ao disposto no número 2, do artigo 69.º, do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar, pode delegar no Júri competências pelo que, no âmbito do presente procedimento, propôs também que o mesmo possa proceder a toda a tramitação processual que venha a ser nesse âmbito necessária, nomeadamente proceder à resposta aos esclarecimentos, eventualmente apresentadas no decurso da apresentação das propostas, ou à competente prorrogação do prazo de apresentação das propostas que se venha a verificar, bem como a proceder à tramitação processual de eventuais impugnações administrativas que venham a ocorrer no decorrer do mesmo.-----

-----3.-Prazo de execução da empreitada: cento e vinte (120) dias seguidos (incluindo sábados, domingos e feriados).-----

-----4.-Valor base da empreitada: O custo com a presente empreitada estima-se, de acordo com os trabalhos a executar, no valor global é de duzentos e sessenta e nove mil setecentos e onze euros e cinquenta e quatro euros (269.711,54 €), acrescido de IVA, (ETAR de Mortazel - 152.830,75 € e ETAR de Vila Pouca - 116.880,79 €).-----

-----5.-O preço base do procedimento encontra-se previamente cabimentado na rubrica do Plano Plurianual de Investimento – 06 002, Rede de Esgotos e de Tratamento, Projeto 2014/15 – Novos Sistemas de Tratamento/Remodelação, Ação 2 – Execução de obras e Rubrica Orçamental 07010403.-----

-----A Câmara deliberou por maioria, com três votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD, e duas abstenções dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe, aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

-----Os Vereadores eleitos pelo PS apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

-----“*Declaração de Voto: Os Vereadores do Partido Socialista abstêm-se na votação entendemos tal como apresentado no seu programa de governação sufragado nas últimas*



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

eleições, que a solução para os problemas existentes na zona do Reguengo e na zona Norte do Concelho passaria pela condução do emissário dos efluentes destas duas zonas para uma ETAR única a montante de Mortágua.-----

-----Por outro lado, não se pode comprometer a qualidade das águas das ribeiras com os diferentes sistemas de tratamento e a ineficiência dos mesmos. A utilização lúdica das margens e ribeiras é de vital importância para o turismo e o desenvolvimento do território, não sendo coerente investir, em percursos ao longo das ribeiras e posteriormente descarregar a jusante o tratamento de ETARs.-----

-----Por último, os Vereadores do PS reconhecem que na proposta técnica agora apresentada na sequência das questões por nós levantados relativamente à solução inicial minimiza os danos ambientais, mas não garante a 100% a possibilidade dos mesmos".-----

-----De seguida o Senhor Presidente da Câmara fez a seguinte declaração: " Relativamente a este assunto solicitámos aos serviços que solicitasse junto do Gabinete projetista que elaborasse uma proposta que desse o máximo de tranquilidade da eficiência das ETARs.-----

-----A uma ETAR não se pode garantir eficiência a 100%, mas o projeto agora apresentado parece-nos garantir uma qualidade e eficiência dentro dos parâmetros exigidos, salvaguardando as águas das Ribeiras e os efluentes a jusante.-----

-----Á partida vai minimizar qualquer dano que eventualmente venha a surgir e que possa por em causa a sustentabilidade ambiental. "-----

10.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

10.1.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----

10.1.1.-Hasta Pública para Venda de Lotes da 1ª. Fase Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a Ata da Hasta Pública para Venda dos Lotes do Loteamento da 1ª. Fase do Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, realizada em 30/04/2018, em que foi arrematado provisoriamente nos termos do ponto 14, do artigo 7º. do Regulamento da Hasta Pública o lote:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Nº. 7, registado na matriz da União de Freguesias de Vale de Remígio Cortegaça e Almaça sob o artigo 3094, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua com o nº. 5234, com a área de 3.892 m2, pelo valor de catorze mil trezentos e oito euros (14.308,00€), a João Inácio Dias Fernandes, Unipessoal, Lda., com o número de Identificação Fiscal 508 004 268, com sede na Rua da Capela, nº.18, Vila Nova, Freguesia do Sobral, Concelho de Mortágua, 3450 – 348 Mortágua.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que, nos termos do ponto 16, do artigo 7º. do Regulamento da Hasta Pública, a Câmara aprove a adjudicação definitiva do lote nº 7 ao adjudicatário acima referido e pelo valor de catorze mil trezentos e oito euros (14.308,00 €).---

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, nos termos do ponto 16, do artigo 8º. do Regulamento da Hasta Pública acima referido, adjudicar definitivamente a João Inácio Dias Fernandes, Unipessoal, Lda., o lote nº.7 do loteamento da 1ª. Fase do Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira.-

10.2.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO:-----

10.2.1.- Apoio Grande Prémio de Ciclismo Abimota:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma proposta da Abimota, dando conhecimento que vão organizar mais uma vez, de 13 a 17 de Junho, a 39ª. Edição do seu Grande Prémio de Ciclismo que contará com a participação de equipas nacionais de profissionais, das classes Elite e Sub-23, com o acompanhamento de comunicação social da área desportiva, e propõe que, no dia 17 de junho, a 4ª. etapa seja realizada em Mortágua no percurso de 30 Km a definir pelo Município com uma Meta Volante/Meta Montanha na Vila de Mortágua, mediante a contrapartida financeira da autarquia de cinco mil euros (5.000,00€), considerando a promoção do Concelho, uma vez que a prova será transmitida pela TV (resumos diretos e resumos na SPORTV +), bem como divulgada na Imprensa Especializada, Rádios Regionais, Internet e Facebook.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção da despesa



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 02 040701.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, nos termos da alínea u) do nº.1 do artigo 33º. da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, deliberou por unanimidade comparticipar o evento com o montante de cinco mil euros (5.000,00 €), considerando que o mesmo é de interesse para o Município dada a sua repercussão no exterior.-----

11.-ADMINISTRAÇÃO:-----

11.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – trinta e cinco mil euro (35.000,00 €);-----

-----Anulação despesas de capital – zero euros (0,00€);-----

-----Reforço despesas correntes – trinta mil euros (30.000,00 €);-----

-----Anulação despesas correntes – sessenta e cinco mil euros (65.000,00€).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprová-la, ficando a mesma arquivada nos serviços de contabilidade.-----

11.2. MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do número do 1 do 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço de Financiamento definido – cinquenta e cinco mil euros (55.000,00€);-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Anulação de Financiamento não definido – trinta mil euros (30.000,00€).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou, por unanimidade aprová-la, ficando a mesma arquivada nos serviços de contabilidade.-----

11.3.-PONTO “14.1. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS (BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL, ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO) RELATIVOS AO ANO DE 2017” DA ATA DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 18/04/2018 – RETIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:--

-----De acordo com os n.ºs.1 e 2 do artigo 172.º. do Código do Procedimento Administrativo os erros de cálculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser retificados, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do ato, devendo tal retificação ser feita sob a forma e com a publicidade usada para a prática do ato retificado.-----

-----Considerando que se verifica um erro material na expressão da vontade por lapso de escrita na ata n.º.9/2018, da Reunião de Câmara, realizada em 18/04/2018, no ponto **14.1- DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS (BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL, ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO) RELATIVOS AO ANO DE 2017**, mais concretamente no teor da declaração efetuada pelo Presidente da Câmara , porquanto onde se lê “...são os resultados do saldo da gerência anterior no montante de 4.304.068,41€, que vão servir...” deve ler-se “...são os resultados do saldo da gerência de 2017 no montante de 3.138.368,96 €, que vão servir.....”.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que, nos termos do n.ºs.1 e 2 do artigo 172.º. do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara aprovasse a retificação do referido lapso de escrita da ata da Reunião de Câmara n.º.9/2018, realizada em 18/04/2018, no ponto 14.1.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a retificação da ata da Reunião de Câmara nº.9/2018, realizada em 18/04/2018 no ponto 14.1.-

12.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

12.1.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2016/68, DE AMPLIAÇÃO DE ANEXO, NA RUA DA CASCALHEIRA, VALE DE AÇORES, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 01/2016/68, em nome de Sarmento Marques Gomes, residente na Rua da Cascalheira, nº. 11, Vale de Açores, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, referente à ampliação de anexo, sito no mesmo local da residência do requerente, com vista à declaração de caducidade do licenciamento para a realização da operação urbanística.-----

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 07/02/2018, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, foi notificado através do ofício refº, 476 de 19/02/2018, o requerente Sarmento Marques Gomes, para, querendo, se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de dez (10) dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade do ato que deferiu o licenciamento da operação urbanística, atendendo a que o requerente não requereu a emissão do alvará no prazo de um ano e sua prorrogação.-----

-----De acordo com a informação da gestora do processo datada de 19/03/2018 decorrido o prazo para audiência prévia ao interessado, que terminou a 08/03/2018, o mesmo não se pronunciou nem juntou qualquer elemento ao processo.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, declarar a caducidade do ato que deferiu o licenciamento, com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, declarar a caducidade do ato que deferiu o licenciamento, com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização.-----

12.2.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA 2ª. PRORROGAÇÃO DE LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2017/14 DE CONSTRUÇÃO DE UM BARRACÃO E LICENCIAMENTO DE OBRAS EFETUADAS, VALE DA LINHAÇA, CERCOSA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº.01/2017/14 , em nome de Sandra Luísa dos Santos Ferreira, residente em Rua Principal, 11 , Vale de Linhaça, Freguesia de Cercosa, referente à construção de um barracão e licenciamento de obras efetuadas, com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação urbanística.-----

----- Analisado o processo, constata-se que:-----

-----1.-Foi emitido alvará de obras de construção n.º 41/2017, cujo prazo de validade teve início a 28/06/2017 e termo a 27/08/2017.-----

-----2.-Foi posteriormente emitida uma 1ª. prorrogação (nº. 1054) válida até 05/01/2018.-----

-----3.- Em 05/01/2018 veio a requerente solicitar 2ª. prorrogação da licença de obras, apresentando para o efeito o fundamento de falta de meios financeiros e disponibilidade do empreiteiro.-----

-----4.- Em 27/01/2018 o Senhor Presidente da Câmara emitiu o seguinte despacho:” Por requerimento datado de 05/01/2018 veio a Requerente solicitar a segunda prorrogação da licença de obras.-----

-----A requerente invoca como fundamento para o pedido de prorrogação, a falta de meios financeiros e disponibilidade do empreiteiro.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Do processo administrativo, nomeadamente da informação administrativa datada de 08/01/2018, de fls 207, infere-se que o pedido em apreço corresponde à segunda prorrogação.

Nos termos do disposto no artº. 58º., 6 do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a nova prorrogação do prazo pressupõe que a obra esteja em fase de acabamentos.-----

-----De acordo com a informação dos serviços de fiscalização datada de 12/01/2018, de fls. 211 verificou-se que ainda não se encontra em fase de acabamentos, pelo que não se enquadra a pretensão no citado artº. 58º. 6, inexistindo fundamento legal para o deferimento da mesma .

-----Tendo em conta os fundamentos supra expostos, é minha intenção indeferir a pretensão do requerente.-----

-----Pelo exposto e de acordo com o preceituado nos artº.s 121 e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (Audiência Prévia) notifique-se o Requerente para no prazo de (10) dez dias exercer o seu direito de audiência expondo, por escrito, o que se lhe oferecer.”--

-----5.- Em 05/02/2018 foi o requerente notificado pelo ofício nº. DAGF/AG – nº.324, do teor do referido despacho, no qual lhe foi concedido o prazo de 10 dias, para nos termos e para os efeitos Audiência Prévia, vir dizer, por escrito o que se lhe oferecesse relativamente ao teor do mesmo. Aquele prazo terminou em 22/02/2018, sem que nada viesse dizer ou apresentar.-----

-----6.- Em 12/04/2018 o Senhor Presidente emitiu o seguinte Despacho:” Tendo em consideração a informação dos serviços datada de 26/02/2018, fls.216, da qual se extrai que decorreu o prazo de dez dias para a requerente se pronunciar no âmbito da audiência prévia, sobre a intenção de declarar a caducidade do alvará, sem que aquela tenha tomado qualquer posição a respeito, determino que o processo seja remetido à Câmara Municipal com informação de que não foi exercido o direito de audiência prévia por parte da interessada, para que, caso aquele órgão assim entenda, seja declarada a caducidade do alvará, nos termos do disposto no artº. 71º., 5 do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE).”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a intenção de declarar a caducidade do processo n.º 01/2017/14, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção nº.41/2017, e conceder ao Requerente o prazo de dez (10) dias úteis, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

se pronunciar nos termos do disposto no artigo 71.º, n.º 5 Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), conjugado com os artigos 121º e 122º do Código de Procedimento.-----

12.3.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2015/208, DE AMPLIAÇÃO DE MORADIA, BARRIL, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 01/2015/208, em nome de Luís António de Abreu Pinto, residente em Rua Xabregas, nº.16, Barril, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, referente à alteração e ampliação de moradia, na Rua Xabregas, nº.16, Barril, União de freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação urbanística.-----

----- Analisado o processo, constata-se que:-----

-----1.-Foi emitido alvará de obras de construção n.º 13/2016, cujo prazo de validade teve início a 04/03/2016 e termo a 03/03/2018.-----

-----3.- Não foram executadas quaisquer obras no prazo fixado na licença, contado a partir da data de emissão do alvará, conforme informação, datada de 29/03/2018, dos *Serviços de Fiscalização Municipal*.-----

-----4.- Em 12/04/2018 foi emitido Despacho pelo Senhor Presidente que determina que: “ Do teor da informação dos serviços de fiscalização datado de 29/03/2018, de fls. 412 ressalta que, na sequência de deslocação ao local se constatou que não foram executadas quaisquer trabalhos.-----

-----O artº. 71º. 3, a) do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação prescreve que a licença caduca se as obras não foram iniciadas no prazo de 12 meses a contar da data de emissão do alvará.-----

-----Conforme preceitua o n.º.5 do artº. 71º. do diploma legal vindo de referir, a caducidade da licença deve ser declarada pela Câmara municipal, após audiências prévia do interessado.-----

-----Assim, tendo em conta o exposto, e considerando o teor da informação administrativa datada de 06/03/2018 fls. 411 e a referida informação dos serviços de fiscalização de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

29/03/2018, de fls. 412, bem como do parecer técnico emitido a 04/04/2018, deverá o processo ser remetido à Câmara Municipal para deliberar sobre a intenção de declaração de caducidade e respetivos fundamentos e, caso seja deliberada favoravelmente a intenção de declarar a caducidade do licenciamento, deverá ser o requerente notificado do teor da deliberação sendo-lhe concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis para o exercício da audiência prévia.-----

-----Mais, deverá o requerente ser advertido, no ofício de notificação para o exercício da audiência prévia, da previsão legal ínsita no referido artº. 72º. do RJUE, ou seja, de que pode requerer nova licença, e que serão utilizados no novo processo os elementos que instruíram o processo anterior desde que o novo requerimento seja apresentado no prazo de 18 meses a contar da data da caducidade ou, se tal prazo estiver esgotados, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, bem como de que a renovação da licença nos termos supra expostos é condição essencial para prosseguimento do processo 01/2015/208”.-----

-----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade:-----

-----1.- Notificar o Requerente que é intenção do Executivo declarar a caducidade do processo n.º 01/2015/208, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 13/2016, cujo término ocorreu em 03/03/2018, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.-----

-----2.- Conceder ao Requerente o prazo de dez (10) dias úteis, para dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, a fim de ser tomada a decisão final, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do RJUE em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

----- 3.- Advertir o requerente, no ofício de notificação para o exercício da audiência prévia, da previsão legal ínsita no referido art. 72º. do RJUE, ou seja, de que pode requerer nova licença, e que serão utilizados no novo processo os elementos que instruíram o processo anterior desde que o novo requerimento seja apresentado no prazo de dezoito (18) meses a contar da data da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

caducidade ou, se tal prazo estiver esgotados, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, bem como de que a renovação da licença nos termos supra expostos é condição essencial para prosseguimento do processo 01/2015/208.-----

12.4.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO N.º. 101/2018/18, REFERENTE AO PROCESSO N.º. 01/2017/98., CONSTRUÇÃO NOVA - HABITAÇÃO, (ALÍNEA e) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----Em cumprimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o n.º. 18/2018, de Bruno Neves Pais e outra, residente em Rua Principal, n.º.16, Vale de Ovelha, 3450 – 387 Trezoi, a requerer, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 29.º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção de TMU no valor de oitocentos e trinta e oito euros e quarenta e seis cêntimos (838,46€) e de taxas de licenciamento no valor de mil setecentos e vinte e seis euros e trinta e seis cêntimos (1.726,36€), referente ao processo n.º 01/2017/98, construção nova habitação, sita na Estrada Nacional 234 , Vale de Ovelha, Freguesia de Espinho, acompanhado do Parecer do Assessor Jurídico que a seguir se transcreve:-----

-----“Assunto: Pedido de isenção do pagamento de taxas, requerido por Bruno Neves Pais e Catarina Isabel Pinto Carvalho.-----

-----Parecer: Nos termos do disposto do artigo 29.º n.º 1 alínea e) do RMUET, estão isentas do pagamento das taxas previstas nesse Regulamento, os jovens casais cuja soma de idades não exceda 70 anos, ou individualmente, com idades compreendidas entre o 18 e os 35 anos e ambos os casos, destinam o imóvel à habitação própria e permanente.-----

-----A concessão da isenção pressupõe, assim, duas condições.-----

-----o requerente terá de ser um jovem casal cuja soma de idades não ultrapasse de 70 anos, ou individualmente com idade entre 18 e 35 anos.-----

-----o requerente terá de destinar o imóvel a habitação própria e permanente.-----

-----Referem os requerentes, no seu pedido, que o imóvel se destina a habitação própria e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

permanente dos proprietários. Porém, nos termos da informação dos serviços de 12/1/2018, o destino/utilização do edifício licenciado e constante do processo de obras é o Alojamento Local, ou seja, a moradia, para além da habitação dos requerentes, destina-se, também a fins de prestação de serviços de Alojamento Local.-----

-----Ora, habitação e alojamento local são conceitos distintos, não complementares ou associáveis: habitação implica permanência, residência, morada e local, em confronto e oposição com o conceito de alojamento que apresenta uma natureza temporária e provisória.---

-----A atividade de Alojamento Local é, antes de mais, uma prestação de serviços, que carece de cumprir determinados requisitos para ser legal, nomeadamente o licenciamento da atividade e tanto assim é, que, em termos fiscais, os rendimentos auferidos nesta atividade são tributados como rendimentos empresariais, pelo que, a atividade comercial não pode ser dissociada do serviço que é prestado.-----

-----Acresce que, no alojamento local, os serviços prestados extravasam a habitação, sendo uma prestação de serviços efetuada com caráter lucrativo sujeita ao cumprimento de obrigações, típicas de uma atividade de prestação de serviços e não de habitação. Em suma, o alojamento local não se pode considerar integrado no conceito de habitação.-----

-----O Decreto-Lei nº. 128/2014, de 29 de agosto, aprovou o Regime Jurídico de Exploração dos Estabelecimentos de Alojamento Local estabelece o nº.1 do artigo 2º. desse diploma, que se consideram «estabelecimentos de alojamento local» aqueles que prestem serviços de alojamento temporário a turísticas, mediante remuneração, e que reúnam os requisitos previstos no decreto-lei.-----

-----A norma citada do RMUET estabelece como condição de deferimento do pedido de isenção, que o destino do imóvel seja a habitação própria dos requerentes, o que será manifestamente incompatível com a finalidade de utilização no prédio de uma atividade lucrativa e de prestação de serviços, faltando, por isso, aquele requisito para poder ser concedida a isenção.-----

-----Porem, em 19-1-2018 foi apresentada nova declaração dos requerentes, em que foi



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

eliminada a menção de Alojamento Local. Não obstante a nova declaração, haverá que verificar, tal como consta da informação dos serviços de 12-1-2018 se «o destino /utilização do edifício licenciado e constante do processo de obras » continua a ser Alojamento Local, o que, nessa eventualidade, inviabiliza a concessão da isenção de taxas, não estando a nova declaração apresentada em conformidade com a verdade.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade indeferir o processo de isenção de pagamento de taxas, uma vez que o processo foi licenciado para alojamento local, devendo notificar-se o requerente para se pronunciar se assim o entender, por escrito, no prazo de dez (10) dias sobre a presente decisão, convertendo-se a mesma em definitivo se o requerente não se pronunciar no citado prazo.-----

12.5.-EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----

12.5.1.-Processo nº. 08/2015/04:-----

-----No seguimento da notificação feita, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 122º. e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aos herdeiros da herança por óbito de Ricardino Flores, que foi residente em Rua Principal EN 234, Moura, Freguesia de Trezoi, da decisão tomada na reunião ordinária da Câmara de 01/03/2018, relativa ao processo 08/2015/04 de edificação em mau estado de conservação, na Rua Principal EN234, na Moura, Freguesia de Trezoi, Concelho de Mortágua, terminou o prazo para se pronunciar sem que estes nada dissessem.-----

-----Assim sendo, foi deliberado por unanimidade converter o projeto de decisão tomado na reunião de Câmara de 01/03/2017, em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação aos proprietários.-----

12.5.2.-Processo nº. 08/2018/01:-----

-----No seguimento da notificação feita, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 122º. e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, através do ofício referência 00666, de 19/03/2018, a Serafim Rodrigues Abreu, residente na Rua Francisco Salgado



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Zenha, nº. 23, Quinta do Belmonte, 3030 – 338 Coimbra, da decisão tomada na reunião ordinária da Câmara de 07/03/2018, relativa ao processo 08/2018/01 de edificação em mau estado de conservação, em Falgaroso do Maio, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, de acordo com a informação administrativa datada de 4/04/2018, terminou o prazo para se pronunciar sem que este nada dissesse.-----

-----Assim sendo, foi deliberado por unanimidade converter o projeto de decisão tomado na reunião de Câmara de 07/03/2018, em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação ao proprietário.

12.5.3.-Processo nº. 08/2018/03:-----

-----No seguimento da notificação feita, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 122º. e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, através do ofício referência 00668, de 19/03/2018, a Maria Ivone Breda dos Santos, residente na Rua Principal, nº. 23, Almacinha, da decisão tomada na reunião ordinária da Câmara de 07/03/2018, relativa ao processo 08/2018/03 de edificação em mau estado de conservação, em Almacinha, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, de acordo com a informação administrativa datada de 4/04/2018, terminou o prazo para se pronunciar sem que este nada dissesse.-----

-----Assim sendo, foi deliberado por unanimidade converter o projeto de decisão tomado na reunião de Câmara de 07/03/2018, em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação ao proprietário

12.5.4.-Processo nº. 08/2018/04:-----

-----No seguimento da notificação feita, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 122º. e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, através do ofício referência 00669, de 19/03/2018, a Daniel Manaia Ferreira Simões, residente, na Rua Principal, nº.57, Almacinha, da decisão tomada na reunião ordinária da Câmara de 07/03/2018, relativa ao processo 08/2018/03 de edificação em mau estado de conservação, em Almacinha, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, de acordo com a informação



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

administrativa datada de 4/04/2018, terminou o prazo para se pronunciar sem que este nada dissesse.-----

-----Assim sendo, foi deliberado por unanimidade converter o projeto de decisão tomado na reunião de Câmara de 07/03/2018, em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação ao proprietário

12.5.5.-Processo nº. 08/2018/05:-----

----No seguimento da notificação feita, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 122º. e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, através do ofício referência 00670, de 19/03/2018, a Abílio Martins Jesus, residente, na Rua Principal, nº.01, Riomilheiro, 3450 – 341 Mortágua , da decisão tomada na reunião ordinária da Câmara de 07/03/2018, relativa ao processo 08/2018/03 de edificação em mau estado de conservação, em Riomilheiro, Freguesia do Sobral , de acordo com a informação administrativa datada de 4/04/2018, terminou o prazo para se pronunciar sem que este nada dissesse.-----

-----Assim sendo, foi deliberado por unanimidade converter o projeto de decisão tomado na reunião de Câmara de 07/03/2018, em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação ao proprietário.

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Rosa Maria Fazeira Breda

Secretário do Órgão e

pelo Senhor Presidente.-----